

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

LAURA PERELBERG PINTO

**ACESSIBILIDADE DE CONSUMO POR COMUNIDADES RIBEIRINHAS
DO AMAZONAS: UMA DICOTOMIA ENTRE A ZONA FRANCA DE
MANAUS E O ISOLAMENTO DO RESTO DO ESTADO**

RIO DE JANEIRO/RJ

2019

Laura Perelberg Pinto

**ACESSIBILIDADE DE CONSUMO POR COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO
AMAZONAS:**

**Uma dicotomia entre a Zona Franca de Manaus e o isolamento do resto do
estado.**

Monografia apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Administração da Universidade Federal
do Rio de Janeiro.

Orientador: Professor Dr. Synval de
Sant'Anna Reis Neto

Rio de Janeiro/RJ

2019

AGRADECIMENTOS

Entrando na UFRJ em 2014, não fazia a menor ideia do que estava por vir... que bom. Há certas coisas que estão fora do nosso controle, felizmente. Agradeço aos meus professores, em especial ao meu orientador Professor Dr. Synval de Sant'Anna Reis Neto e ao professor Dr. Renato Nunes-Bittencourt, os quais estiveram comigo desde o início da graduação. Espero que a nossa Universidade não seja destruída pelos cortes de gastos. Ela é a única que carrega o nome "Universidade do Brasil" em sua história.

Laura Perelberg Pinto

RESUMO

Esta monografia possui como objetivo final de pesquisa documentar se e como o consumo de telefones celulares em comunidades ribeirinhas foi impactado com a criação da Zona Franca de Manaus, tendo em vista a dificuldade de acesso a tais zonas isoladas. A metodologia aplicada foi a análise de conteúdo dos Portais Governamentais, utilizando a criação de hipóteses. Para a realização desta pesquisa exploratória foram realizadas quatro etapas: para a primeira etapa da análise, foi investigado o Portal antigo da SUFRAMA, no qual foi encontrada a Portaria nº 508. Após a análise destes gráficos, a pesquisa foi restringida para a produção de aparelhos eletrônicos. Como parte suplementar da análise, foi apurada a balança comercial Brasileira em seus dados históricos entre 2010 e 2015. Para a segunda fase da análise, foram pesquisados dados sobre o consumo de aparelhos celulares no Brasil, no estado do Amazonas e na região de Manacapuru. Na terceira etapa da análise, foram consultados dados sobre a telefonia móvel no Brasil, por meio do site da Agência reguladora nacional, a ANATEL. Após a terceira etapa da pesquisa, verificou-se que a Hipótese 1 (Os membros da comunidade ribeirinha de Manacapuru possuem fácil acesso de consumo de telefones celulares fabricados no Polo Industrial de Manaus) é negada, como esperado no início do estudo.

Palavras-chave: Zona Franca de Manaus. Polo Industrial de Manaus. SUFRAMA. Manacapuru. Consumo de aparelhos celulares.

LISTA DE SIGLAS

CAS	Conselho de Administração da SUFRAMA
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIM	Polo Industrial de Manaus
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PPB	Processo Produtivo Básico
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
ZFM	Zona Franca de Manaus
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
ONU	Organização das Nações Unidas
ITU	<i>International Telecommunication Union</i>
FOB	<i>Free On Board</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	12
Figura 2	12
Figura 3	17
Figura 4	27
Figura 5	28
Figura 6	28
Figura 7	29
Figura 8	30
Figura 9	31
Figura 10	31
Figura 11	32
Figura 12	33
Figura 13	34
Figura 14	35
Figura 15	36

SUMÁRIO

1	O PROBLEMA	8
1.1	Introdução	8
1.2	Objetivos	11
1.3	Hipóteses	11
1.4	Delimitação do estudo	12
1.5	Relevância do estudo	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	Manacapuru – Histórico, acessibilidade e consumo de bens e serviços.	14
2.2	Aparelhos celulares – consumo e significados.....	15
3	ZONA FRANCA DE MANAUS: HISTÓRICO, DECRETOS PRESIDENCIAIS, PRODUÇÃO ATUAL E FATURAMENTO	20
4	METODOLOGIA	22
5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	24
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	37

1 O PROBLEMA

1.1 Introdução

Com a retirada gradual da influência do Estado sobre os meios de produção, ocorre uma interessante dinamização do processo produtivo, aliada à alta tecnologia e à racionalização ao maior grau possível. Ao visualizar o potencial de demanda mercadológica, as empresas produzem em larga escala. Utilizando sistemas de controle integrados ao planejamento de produção, buscam um aperfeiçoamento contínuo em todos os seus processos. O óbvio desenvolvimento de tecnologia por parte empresarial evidencia a corrida pela redução do custo em favor do inchaço do lucro.

Os bens de consumo ocupam ponto central não apenas na nossa cultura ocidental globalizada, mas também em outras, pois a construção da sociedade através da cultura material não é exclusiva do sistema político capitalista ou das sociedades modernas, urbanas e mercantilizadas (TONDO, SCHNEIDER, 2016). Assim, as construções e manutenções de relações sociais são dadas pelo consumo. Particularmente, os aparelhos celulares com acesso à internet se tornam essenciais nesta construção do ser como membro presente da sociedade e como possuidor de imagem e opinião, como o estudo de Mauss demonstra (2015, apud TONDO, SCHNEIDER, 2016).

Desde sua entrada no mercado brasileiro em 1990, a telefonia móvel está em crescente expansão. Por ser multiredes, ele apresenta ao consumidor vantagem sobre os outros dispositivos tecnológicos de comunicação. (TONDO, SCHNEIDER, 2016). O acesso, portanto, à internet por meio destes dispositivos se faz essencial à maioria dos usuários. Além disso, o usuário cria vínculo emocional com o dispositivo, uma vez que o personaliza para seus hábitos. A adição de músicas, fotos, anotações e contatos faz com que este objeto possua alto valor emocional.

Sob outra perspectiva, o avanço da tecnologia faz com que alguns consumidores de tais produtos sejam cada vez mais seletivos com o que compram, uma vez que estão munidos de mais informação. Não importa o quão isolados fisicamente, se houver sinal de internet, as distâncias se esvaem. Segundo Shin (2009, apud ARRUDA FILHO, E. J. M., 2012), os avanços da tecnologia aumentam cada vez mais o uso integrado destas no mercado das telecomunicações. O processo de

troca entre tecnologias velhas e novas é acelerado pelos países ricos, que possuem a produção intelectual de novas tecnologias em detrimento das antigas (PIANTA; TANCIONI, 2008, apud ARRUDA FILHO, E. J. M., 2012). Ainda, Kim, Lee e Koh (2005 apud ARRUDA FILHO, E. J. M., 2012) avaliam que as convergências tecnológicas, assim como a introdução de novos produtos ou serviços no mercado, aumentem o tráfego da comunicação, que aumenta também o desenvolvimento econômico.

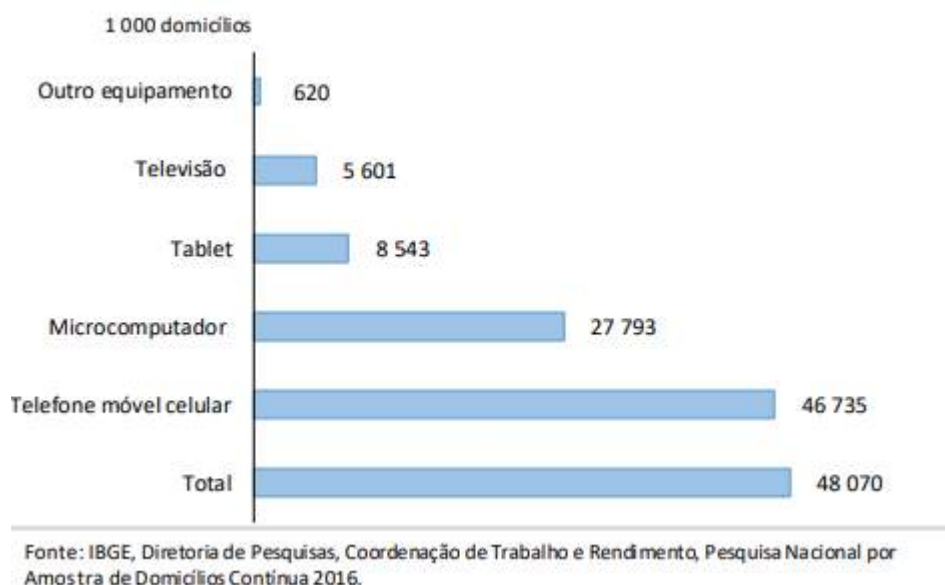
O modo como comunidades ribeirinhas do estado do Amazonas acessam bens de consumo e serviços mudou em face da criação da Zona Franca de Manaus e ao desenvolvimento do estado do Amazonas é o ponto principal deste estudo. Conforme visto, as tecnologias no setor de telecomunicações estão se renovando, e os países ricos lideram o setor de inovação nesta área. Entretanto, é sabidamente globalizada a venda de tais inovações.

De acordo com Tondo (2015), os altos valores para obtenção de computadores e sua manutenção, o telefone celular e a tecnologia 3G tornaram-se uma grande aliada para o acesso à internet de muitos. Com relação aos jovens, os telefones celulares estão presentes nas atividades diárias de muitos. Durante a era da informação, o uso do telefone celular torna-se essencial não somente para a comunicação via telefonemas e mensagens, mas de modo que o indivíduo se sinta conectado com a comunidade da qual faz parte, sendo membro ativo desta em constante mutação.

De acordo com pesquisa feita em 2016 pelo IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD), somente 5,4% dos domicílios do País não havia qualquer tipo de telefone. A região norte compõe 10,7% deste percentual, sendo a de maior falta. Contrariamente, a região é a que possui maior percentual de domicílios apenas com telefone móvel: 77,8%.

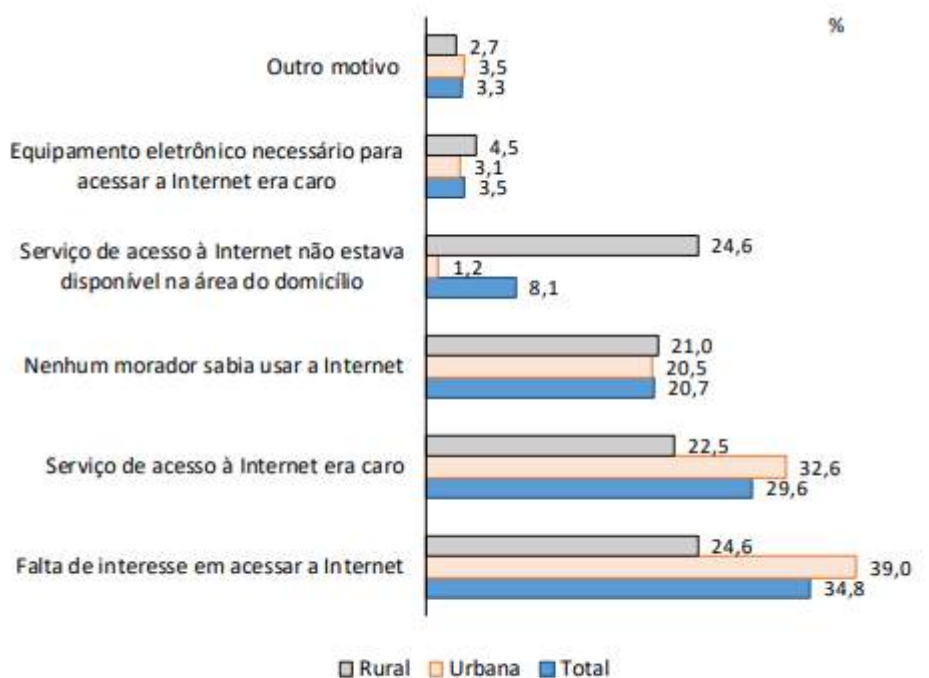
O celular é o objeto de acesso à internet de maior uso, presente em 46 735 mil domicílios do País. Muito aquém do uso do computador e tablet, como mostra o gráfico a seguir.

Figura 1 - Domicílios em que havia utilização da Internet, por tipo de equipamento utilizado para acessar a Internet - Brasil - 4o trimestre de 2016.



Fonte: IBGE, 2016.

Figura 2 – Distribuição dos domicílios em que não havia utilização da Internet, por situação do domicílio, segundo o motivo de não haver utilização da Internet - Brasil - 4o trimestre de 2016



Fonte: IBGE, 2016

Os respondentes da pesquisa do PNAD de áreas urbanas, como é o caso do município de Manacapuru, alegaram, em sua maioria, que não utilizam a internet por não sentirem interesse na mesma, seguido de o serviço ser caro e de não saber utilizar o produto. Ainda, a pesquisa mostra que, em áreas urbanas, o sinal de internet móvel está presente em 89,1% dos respondentes, sendo que a Região Norte apresentou 90,6% de cobertura, acima da média nacional.

1.2 Objetivos

Esta monografia possui como objetivo final de pesquisa documentar se e como o consumo de telefones celulares em comunidades ribeirinhas foi impactado com a criação da Zona Franca de Manaus, tendo em vista a dificuldade de acesso a tais zonas isoladas.

Este objetivo só será alcançado caso a pesquisa consiga determinar a veracidade da Hipótese 1, tendo como base a análise de conteúdo dos relatórios governamentais. Sendo assim, os objetivos intermediários são: extrair as informações necessárias destes relatórios, como faturamento, nível de vendas, gráficos e projeções; e anular a Hipótese 1 por meio da veracidade da Hipótese 2.

1.3 Hipóteses

As hipóteses foram formuladas de modo que ambas não possam ser duplamente verdadeiras, sendo Hipótese 1 o inverso da Hipótese 2. A autora espera que a Hipótese 1 se faça falsa, uma vez que os dados compilados apresentados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) apontam para decrescente produção e montagem de telefones celulares, sendo este o quarto maior produto produzido no Polo Industrial da região (SUFRAMA, 2015).

Hipótese 1: Os membros da comunidade ribeirinha de Manacapuru possuem fácil acesso de consumo de telefones celulares fabricados no Polo Industrial de Manaus.

Sob esta hipótese, constata-se que os residentes de Manacapuru possuem acesso aos telefones celulares que foram fabricados na Zona Franca de Manaus, consumindo-os ou não. Desta forma, as análises governamentais que alegam que a Zona Franca de Manaus é um sucesso por trazer desenvolvimento para a região estão corretas, uma vez que o acesso facilitado estimula o uso de telefones

celulares, permitindo a fácil comunicação entre pares e grupos, o que eventualmente conecta a região e fomenta interações pessoais e de negócios.

Hipótese 2: Os membros da comunidade ribeirinha de Manacapuru não possuem fácil acesso de consumo telefones celulares fabricados no Polo Industrial de Manaus.

Sob esta hipótese, o estudo confirma que a Zona Franca de Manaus não serve como polo de fomentação da economia regional para o consumo de bens produzidos, uma vez que os dados governamentais atestam circulação de riquezas dentro da ZFM, mas as comunidades satélite não se beneficiam por meio da compra destes produtos uma vez que não possuem fácil acesso a estes, não gerando ciclos econômicos e riquezas para a região.

1.4 Delimitação do estudo

O estudo se baseia em artigos, livros acadêmicos e publicações oficiais do governo com relação à Zona Franca de Manaus entre os anos de 2008 e 2019, com exceção a leis publicadas em Diário Oficial e literatura específica sobre metodologia da pesquisa. Os artigos são pesquisados exclusivamente em português, dada a natureza da pesquisa ser sobre iniciativa do governo brasileiro. As palavras chaves utilizadas na pesquisa destes arquivos são “Zona Franca de Manaus”, “Consumo”, “Consumo de eletrônicos”, “Ribeirinhas”, “Rio Amazonas”, “Acessibilidade”, “Eletrônicos”, “Telefones celulares”, “Telefones móveis”, “Celulares”, e “Amazonas”. Os artigos oficiais do governo são retirados do Portal da Transparência apenas. Não serão utilizados outros artigos fora deste escopo.

1.5 Relevância do estudo

Como consequência do crescimento acelerado no setor de transporte aéreo nos últimos anos, os aeroportos Brasileiros sofrem com aumentada pressão sobre as instalações aeroportuárias e espaço aéreo (ZIMMERMANN e OLIVEIRA, 2012). Ao observar a região Norte, a qual compõe 42,27% do território brasileiro, observa-se que esta possui 45 aeroportos, sendo 9 atendidos pelas companhias de grande porte (ALVES e AMARAL, 2012). A Zona Franca de Manaus foi estabelecida com a finalidade de criar, no interior da Amazônia, um centro dotado de condições econômicas para seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.

(DECRETO-LEI Nº 288, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967). Esta, segundo relatório da SUFRAMA em agosto de 2016, (SUFRAMA, 2016), possui um histórico de importação de mais de R\$ 6 bilhões, em contrapartida a R\$ 3 milhões em exportações. Ainda de acordo com o relatório, até agosto de 2016 a ZFM havia importado US\$ R\$ 5.665.810.874,00 em Eletrônicos, Duas Rodas, Termoplásticos e Químicos. Tais bens não são bens voltados para o consumidor final, sendo realocados. Portanto, se caracteriza como uma zona de importação de bens para uso dentro do país.

Ainda, a região amazônica é amplamente conhecida pelos rios navegáveis, e pelas comunidades ribeirinhas cujo acesso único é por via fluvial. (GAMA et al., 2018). Uma vez que tais comunidades se encontram isoladas fisicamente, mas possuem o desejo de se conectar o mundo virtual e de utilizar a tecnologia, o estudo da relação entre uma zona produtora de produtos eletrônicos no mesmo estado de possíveis consumidores é conhecimento relevante tanto para a comunidade acadêmica quanto para órgãos governamentais de incentivo e controle de áreas correlatas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Manacapuru – Histórico, acessibilidade e consumo de bens e serviços.

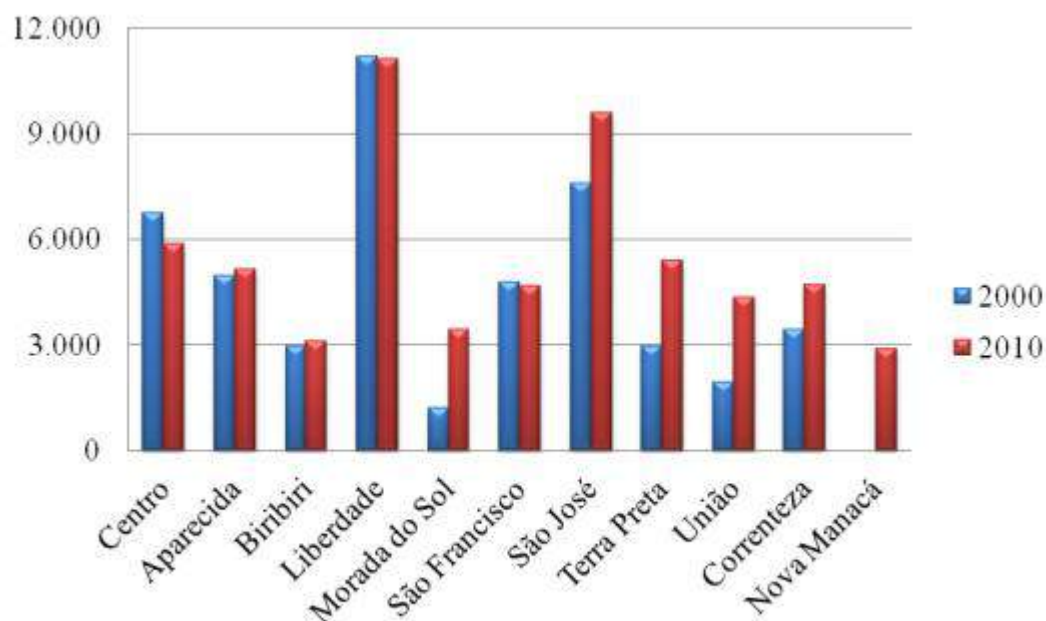
Manacapuru foi fundada em 1786, um ano após a “pacificação” de indígenas muras, que residiam em uma aldeia na região. De acordo com projeções do IBGE, a cidade possuía, em 2017, 96.460 pessoas, distribuídas por uma área de 7.336,579 km². No último censo de 2010, Manacapuru registrou 85.141 pessoas, sendo o segundo mais populoso da região. Em 2016, ainda de acordo com o IBGE, a cidade estava em 10^o lugar com relação ao ranking de renda do estado do Amazonas, pois sua população recebia, em média, 1,8 salário mínimo. Apesar disso, apenas 4,6% da população possui ocupação (2016), e 46,1% recebem até ½ salário mínimo per capita (2010).

A cidade é próxima de Manaus, e fica a 100km da capital do estado (IBGE, 2018). Apesar de o estado possuir hidrovias navegáveis, a viagem entre as cidades é feita de carro.

De acordo com SILVA, M. B. (2016), os espaços urbanos do município de Manacapuru foram modificados com o crescimento do consumo proveniente dos residentes da cidade, onde os lugares de passagem tornaram-se locais onde o comércio de bens e serviços ocorrem em intensidades diferentes. Ainda, a locomoção de pessoas entre Manaus e Manacapuru foi facilitada com a criação da Ponte sobre o Rio Negro, a qual movimentou a economia do município e o transformou de maneira social e econômica. Assim, a cidade passou a ser visitada a trabalho, lazer e negócios. Com isso, os estabelecimentos comerciais começaram a receber maior demanda (SOUSA, 2013 apud SILVA, 2016).

Ainda, hotéis de diferentes regiões da cidade sofrem com a falta de energia (SILVA, 2016), e apenas 11% da cidade é atendida pela rede de esgoto (IBGE, 2018). Isto demonstra que a cidade ainda possui muitos pontos de expansão, porém que ainda com estas carências, amazonenses são estimulados a comprar terrenos na cidade, conforme pesquisa feita por Silva (2016). Com relação à coleta de lixo, nenhum dos empregados pela Secretaria de Limpeza Pública possui treinamento quanto às normas de segurança do trabalho (OLIVEIRA E CASTRO, SILVA, MARCHAND, 2015).

Figura 3 – Demografia nos bairros de Manacapuru



Fonte: IBGE. Acesso em 25 de novembro de 2015.
Organização: Moisés Silva, 2015.

Fonte: SILVA, 2016

Ainda, há a presença de diferentes métodos de pagamento, como máquinas de cartão de crédito e débito. (SILVA, 2016). A divulgação de hotéis da cidade na internet mostra o potencial da cidade com relação ao consumo de eletrônicos, como celulares. Ao passo que os moradores utilizam mais a internet móvel, a exposição de serviços e comércio da região é aumentada, gerando mais renda e desenvolvimento para estes.

2.2 Aparelhos celulares – consumo e significados

A pesquisa sobre o consumo de aparelhos celulares no Brasil é recente, dado a natureza do próprio produto e de sua recente evolução como extensão da personalidade de seu dono, função que vai além da que foi inicialmente designado para desempenhar. Com a evolução do telefone “tijolão” para o *smartphone* que cabe no bolso, este se faz símbolo da contemporaneidade. Bauman (2001, p. 148), ao definir que a escolha racional significa “buscar a gratificação evitando as consequências” explica que a longa duração transforma-se, aos olhos do homem moderno, em um risco, pois penhora a gratificação do amanhã, do próximo momento. Na era da instantaneidade, o que é durável traduz-se em fraqueza, no sentido que o risco reside na constante mudança do cenário social.

“Na modernidade líquida mandam os mais escapadiços, os que são livres para se mover de modo imperceptível” (BAUMAN, 2001, p. 140). A privacidade que o aparelho celular concede ao seu usuário, uma vez que somente ele é o catalisador do que ocorre em seu smartphone e do que ele julga necessário seus pares saberem, delimita o movimento imperceptível descrito por Bauman, e desenrola papel crucial nas motivações para consumo deste bem tecnológico mundialmente. No Brasil, entretanto, o fenômeno de compra de aparelhos celulares se caracteriza não pela privacidade que este bem permite ao seu usuário, mas de acordo com Silva (2007) por ser “um item de moda que diz muito sobre o indivíduo, e portanto, o consumidor brasileiro tem a tendência de comprar celulares novos para exibi-lo para outros indivíduos”. Esta exibição se distancia da definição de Bauman, e é nítida quando se leva em consideração a cultura latina.

Para Silva (2007), “o consumo de telefones celulares desempenha um papel importante na construção de imaginários, de identidades e do mundo social, as quais dão conta de similaridades e especificidades locais na apropriação de uma tecnologia global”. Os computadores de bolso são portas para o mundo exterior, ao mesmo tempo de encarceram seus usuários. Tanto as fabricantes de aparelhos celulares quanto as operadoras de serviços móveis entendem e internalizam que a essência do aparelho não reside em sua mobilidade apenas, mas em sua facilidade em resumir tudo o que o usuário precisa.

Ora objeto de status, o aparelho celular se faz presente em várias camadas da sociedade. É objeto de desejo e ícone dos tempos modernos. A congruência de dois diferentes espaços em um objeto físico: o espaço espectral e o espaço territorial, como Vincentin (2008) explica. O espaço espectral se caracteriza pelas ondas eletromagnéticas utilizadas para os aparelhos comunicarem entre si e entre seus servidores móveis, enquanto o espaço territorial se caracteriza pela área de cobertura destes servidores.

Em 1865, a ONU criou a International Telecommunication Union (ITU) com o objetivo de facilitar a conexão internacional em redes de comunicação. Esta agência especializada tem, desde então, buscado contribuir com a harmonização das estatísticas sobre o desenvolvimento das TIC entre 200 economias no mundo inteiro. Estas estatísticas são recolhidas pela agência por meio de duas fontes:

agências regulatórias nacionais e agências nacionais de estatísticas. Em seu site em inglês, a agência lista o Brasil como país membro, e possui um escritório regional para coleta de informações. A parceria fica explícita quando o PNAD de 2015 cita a ITU, incluindo em seu relatório os indicadores-chave criados pela agência.

De acordo com o documento (Anexo VII do PNAD 2015), a lista “tem o objetivo de servir de base para a elaboração padronizada de estatísticas para obtenção de indicadores comparáveis internacionalmente sobre a sociedade da informação”, e foi atualizada em 2014 para manter a contemporaneidade de seus indicadores com as tecnologias novas do mercado. São sete indicadores-chave:

- 1 - Indicadores-chave de infraestrutura de TIC e de acesso à TIC;
- 2 - Indicadores-chave de acesso à TIC nos domicílios e de uso de TIC por pessoas;
- 3 - Indicadores-chave de uso de TIC por empresas;
- 4 - Indicadores-chave do setor produtivo de bens e serviços de TIC;
- 5 - Indicadores-chave de comércio internacional de bens de TIC;
- 6 - Indicadores-chave de TIC na educação; e
- 7 - Indicadores-chave de governo eletrônico.

Para o presente estudo, o segundo indicador se faz interessante. Este é formado por outros 16 indicadores, que são:

- HH1 - Proporção de domicílios com rádio;
- HH2 - Proporção de domicílios com televisão;
- HH3 - Proporção de domicílios com telefone: telefone fixo convencional; telefone celular; somente telefone fixo convencional; somente telefone celular; telefones fixo convencional e celular; qualquer tipo de telefone;
- HH4 - Proporção de domicílios com microcomputador;
- HH5 - Proporção de pessoas utilizando microcomputador;
- HH6 - Proporção de domicílios com Internet;

- HH7 - Proporção de pessoas utilizando a Internet;
- HH8 - Proporção de pessoas utilizando a Internet, por local de utilização: domicílio de residência; local de trabalho; estabelecimento de ensino; domicílio de outra pessoa; centro de acesso público pago (comercial); centro de acesso público gratuito; em mobilidade;
- HH9-Proporção de pessoas utilizando a Internet, por tipo de atividade realizada: obter informações sobre bens ou serviços; obter informações sobre saúde; marcar consulta médica; obter informações de organizações governamentais; interagir com organizações governamentais; enviar ou receber e-mail; realizar chamadas de voz (VoIP); participar de redes sociais; acessar sites de mensagem instantânea (chats), blogs ou de fóruns de discussão; comprar ou encomendar bens ou serviços; vender bens ou serviços; usar serviços relacionados a viagens ou a hospedagem para viagens; serviços bancários (banco eletrônico); fazer um curso; consultar wikis, enciclopédias ou outros sites com o propósito de aprendizado; ouvir rádio; assistir à televisão; acessar por meio de streaming ou baixar imagens, filmes, vídeos ou música; jogar ou baixar programas ou aplicativos; ler ou baixar jornais, revistas e livros; procurar emprego ou submeter uma solicitação de emprego; participar de redes profissionais; administrar página própria; carregar conteúdo próprio em uma página para compartilhamento; manter ou adicionar conteúdos em um blog; postar opiniões sobre questões políticas; participar de consultas ou votações para definir questões políticas; utilizar espaços de armazenamento para salvar documentos, fotos, música, vídeo ou outros arquivos; usar programas executados pela Internet para editar documentos de texto, planilhas ou apresentações;
- HH10 - Proporção de pessoas utilizando telefone móvel;
- HH11 - Proporção de domicílios com acesso à Internet, por tipo de serviço: discado; banda larga fixa com fio; banda larga fixa sem fio e terrestre; banda larga fixa via satélite; banda larga móvel conjugada à telefonia celular; banda larga móvel sem telefonia celular;

- HH12 - Proporção de pessoas utilizando a Internet, por frequência: ao menos uma vez por dia; ao menos uma vez por semana, mas não todo dia; menos de uma vez por semana;

- HH13 - Proporção de domicílios com acesso à programação televisiva por meios diferentes da televisão analógica aberta , por tipo: televisão por assinatura a cabo ; televisão via satélite ; IPTV (televisão por IP) ; televisão digital aberta;

- HH14 - Proporção de domicílios sem Internet, segundo barreiras ao acesso: a Internet não é necessária; tem acesso em outro local; falta de confiança, conhecimento ou habilidade para usar a Internet; o custo do equipamento é muito alto; preocupações de privacidade ou segurança; o serviço de acesso à Internet não está disponível na área; o serviço de acesso à Internet está disponível na área, mas não atende às necessidades do domicílio; razões culturais.

- HH15 - Proporção de usuários de microcomputador, segundo habilidades: copiar ou mover arquivo ou pasta; duplicar ou mover informação em um documento; enviar e-mails com arquivos anexos; usar fórmulas aritméticas simples em uma planilha; conectar e instalar novos dispositivos; encontrar, baixar e instalar programas de configuração; criar apresentações eletrônicas; transferir arquivos de um computador para outros dispositivos; escrever um programa de computador usando uma linguagem de programação especializada; e

- HH16 - Proporção do total da despesa domiciliar destinada a bens e serviços de TIC.

3 ZONA FRANCA DE MANAUS: HISTÓRICO, DECRETOS PRESIDENCIAIS, PRODUÇÃO ATUAL E FATURAMENTO

Criada em 1967, a Zona Franca de Manaus (ZFM) se situa em uma área estratégica, no coração da Amazônia e das Américas. Dentro dela, o Polo Industrial de Manaus (PIM) é um dos mais modernos centros industriais e tecnológicos em toda a América Latina, reunindo atualmente mais de 600 indústrias de ponta e gerando mais de meio milhão de empregos diretos e indiretos (SUFRAMA, 2018).

A produção desta área é majoritariamente destinada ao mercado brasileiro (95%), e somente 5% de sua produção é voltada para a exportação. Este fato justifica a diferença de balança comercial (exportações diminuídas das importações) de R\$ 5.997.000,00 negativos.

Para as empresas obterem incentivos fiscais, algumas contrapartidas são exigidas. Estas organizações precisam, obrigatoriamente, gerar emprego na região, conceder benefícios sociais aos seus empregados (como transporte, lazer, creche e assistência médica), possuir níveis crescentes de produtividade e competitividade, reinvestir os lucros na região, investir na formação e capacitação de seus empregados para o desenvolvimento científico e tecnológico e cumprir o Processo Produtivo Básico (PPB) instaurado pela Superintendência. Ainda, estas empresas possuem limite anual de importação de bens e insumos. Por isso, necessitam apresentar um projeto para o Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS), órgão composto por representantes de diversos ministérios do Governo Brasileiro e responsável pela deliberação sobre investimentos na área de abrangência da Zona Franca de Manaus.

O PPB foi definido por meio da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991, como sendo o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto (BRASIL, 1991). O PPB consiste de etapas fabris mínimas necessárias que as empresas deverão cumprir para fabricar determinado produto como uma das contrapartidas aos benefícios fiscais estabelecidos por lei.

Além disso, as empresas da Zona Franca de Manaus que produzem certos bens eletrônicos, como os telefones celulares (conforme Capítulo 1, artigo 2º do Decreto 5906/2006), se beneficiam de redução ou até mesmo isenção do IPI, conforme

regulado pela Lei de Informática, n.º 8.248/91. Esta redução de IPI será extinta em 31 de dezembro de 2019. Até lá, os produtos produzidos dentro da região de influência da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) possuem 85% de redução no IPI (BRASIL, 2006).

As empresas instaladas no Polo fazem parte, principalmente, dos segmentos de eletroeletrônicos, bens de informática, duas rodas, termoplástico, químico, metalúrgico, mecânico, descartáveis (isqueiros, canetas, barbeadores), entre outros (SUFRAMA, 2015). Ainda assim, o estado possui 98% de sua mata intacta. Isto se deve pela união de incentivos fiscais dependentes obrigatórios de ações das empresas beneficiadas com desenvolvimento e meio ambiente. Tal união foi efetivada em 2016 com a criação, pela própria SUFRAMA, do projeto Zona Franca Verde, o qual aumenta a redução do IPI para 100% em empresas que utilizam matéria-prima de origem regional (SUFRAMA, 2016).

Segundo relatório da SUFRAMA de setembro de 2015, havia 74 empresas no Polo Industrial de Manaus fabricando produtos elétricos, eletrônicos e de comunicação. Destas, 53 são certificadas NBR ISO 9001, norma que define os requisitos para colocar um sistema de gestão da qualidade em vigor.

As empresas do subsetor de informática, de acordo com relatório de 2015, são as terceiras maiores em questão de participação no faturamento total da Zona Franca de Manaus, com 16,17% do resultado parcial (janeiro a julho) de R\$ 4.367.837.088. Ou seja, estas empresas correspondem a R\$ 2.372.893.958 em faturamento para o estado do Amazonas e o Brasil.

Ainda, foram produzidos 21.281.290 telefones celulares na ZFM em 2014, sendo 100% destes vendidos. O total faturado por estas vendas foi de R\$ 8.013.749.350, valor suficiente para construir quase seis novos estádios iguais ao Maracanã. Apesar disso, a produção de telefones celulares está em queda no Polo Industrial de Manaus. Em 2010, foram produzidas 4,8 milhões de unidades, enquanto em 2014 apenas 365 mil. A queda desta produção se deve a opções mais baratas de importação de insumos, juntamente à redução do poder de compra dos brasileiros

4 METODOLOGIA

De acordo com Silva (2005), a abordagem da presente pesquisa é qualitativa, uma vez que a autora considera que há uma relação dinâmica entre o mundo e o sujeito da pesquisa, a qual não procura aplicar técnicas estatísticas sobre os dados examinados.

Do ponto de vista de seus objetivos, a presente pesquisa é de caráter exploratório, uma vez que “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses.” (GIL, 2002).

De acordo com Gil (2002), do ponto de vista de seus procedimentos técnicos, a pesquisa feita neste estudo é documental, uma vez que trabalha com materiais bibliográficos que podem ser reelaborados de acordo com o objetivo do estudo. Ainda, os documentos utilizados pela presente pesquisa são diversificados (publicações oficiais, livros, artigos acadêmicos e excertos governamentais) suficiente para a pesquisa não ser apenas bibliográfica.

O método de pesquisa do presente estudo se deu por análise de conteúdo de dados oficiais do governo, junto a análises documentais sobre a distribuição dos produtos produzidos na Zona Franca de Manaus, especificamente na comunidade ribeirinhas do rio Amazonas de Manacapuru. A escolha desta comunidade se dá pela relativa facilidade de acesso ao local em relação à capital do estado, além do tamanho da população da cidade ser razoavelmente grande para o estado do Amazonas.

Os dados utilizados para a análise de conteúdo são dados abertos do governo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), cobrindo os anos de 2010 a 2015 no que tange a produção industrial da região. Isto se dá pela facilidade e confiabilidade dos dados. Para a análise do acesso aos telefones celulares, foram utilizados dados do IBGE, junto a artigos acadêmicos sobre o consumo na região Amazônica. Não se delimita mais, uma vez que a gama de artigos com relação a este assunto específico é baixa.

Quanto aos dados governamentais, a coleta foi feita por meio de pesquisa em sites oficiais, download de relatórios gerenciais e anuais de superintendências e

institutos federais, além de pesquisa em portais do estado e da própria Zona Franca. Tais dados foram limitados de forma que não serão analisados os publicados antes de 2008. A exceção para esta regra são livros de metodologia acadêmica e decretos federais, uma vez que a União declarou a Zona Franca de Manaus em 1967. O período da pesquisa bibliográfica deu-se entre Março de 2018 e Junho de 2019.

Quanto aos dados informados pelos relatórios governamentais, estes serão tratados por meio de análise de conteúdo. Como são dados não-paramétricos, não possuem distribuição gaussiana, portanto não podem ser tratados com testes t de Student (NORMANDO, D.; TJADERHANE, L.; QUINTÃO, C. C. A, 2010).

A correlação entre os dados se deu por meio de análise de conteúdo dos dados dos relatórios oficiais do governo brasileiro e correlação com o conteúdo dos artigos selecionados para a pesquisa. Caso a Hipótese 1 seja verdadeira e os dados governamentais indiquem uma produção de telefones celulares maior do que a exportação destes mesmos bens, entende-se que a cidade de Manacapuru possui acesso e consome estes bens produzidos na Zona Franca de Manaus. Assim, o estudo comprovaria a eficácia da zona especial em trazer desenvolvimento para a região e impulsionar a economia local e nacional, gerando renda e emprego.

Ao analisar dados governamentais, fica-se exposto às distorções feitas, propositalmente ou não, por tais pesquisas. Além disso, não há como garantir que estas pesquisas sejam feitas com rigor acadêmico, uma vez que sofrem com os mesmos males de todo tipo de pesquisa: dados inconsistentes, amostra pequena demais, estudo limitado demais, conclusões precipitadas, pressões econômicas e políticas (no caso de pesquisas feitas por órgãos públicos), entre outros.

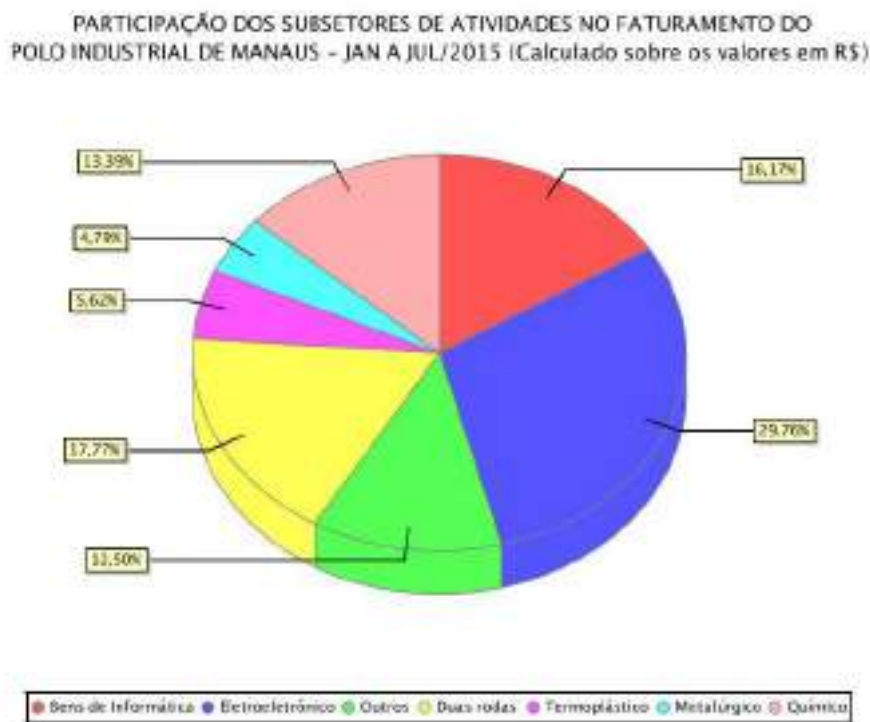
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Foram analisados 6 portais governamentais (portal da SUFRAMA, base de dados abertas do Governo Federal, portal do IBGE, portal do Ministério da Economia, portal da ANATEL e portal do PNAD), e deles foram extraídos um arquivo zipado sobre a metodologia do PNAD 2015, 3 planilhas Excel do site da ANATEL, duas planilhas Excel do Ministério da Economia e um *report* oficial sobre os indicadores do PIM.

Para a primeira etapa da análise, foi investigado o Portal antigo da SUFRAMA, no qual foi encontrada a Portaria nº 508. Esta entrega um relatório oficial da Superintendência, o qual esclarece sobre a produção do PIM entre os anos de 2010 e Julho de 2015. Este foi o único relatório oficial da SUFRAMA com relação ao diagnóstico de produção da ZFM encontrado no portal. Ainda, o novo portal da SUFRAMA, sob os moldes de sites governamentais como o Portal do Ministério da Economia, é confuso, e visa apenas a divulgação de eventos ocorridos que envolvam as autoridades da Superintendência. Ao migrar de site, a SUFRAMA deixa conteúdo no portal antigo, e não atualiza o site novo.

De acordo com o relatório, o subsetor eletroeletrônico é o de maior valor para o PIM, uma vez que agrega 29,8% das indústrias em atividade. Este setor, de acordo com o próprio portal, representa o maior centro de fabricação de produtos eletroeletrônicos da América do Sul e possui posição estratégica. Entretanto, o Portal não especifica quais indústrias compõem os setores do Polo, além de possuir informações divergentes sobre a produção deste.

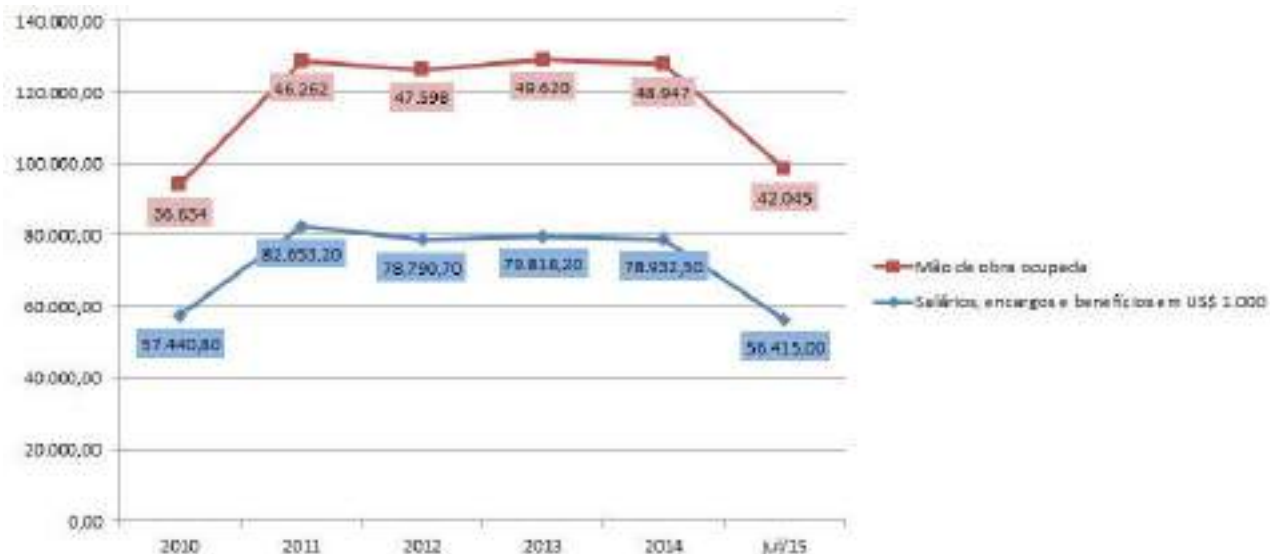
Figura 4 – Participação dos subsetores de atividades no faturamento do PIM durante o ano de 2015



Fonte: Portaria SUFRAMA nº 508, acesso em Junho de 2019.

No setor eletroeletrônico, a quantidade de trabalhadores aparece em relativa estabilidade ao longo da série de dados, desconsiderando o ano de 2015, que se encontra incompleto. Assim como o salário médio de seus trabalhadores, a série se encontra incompleta, porém em relativa estabilidade. Não foi encontrado relatório de dados completo para o ano de 2015, e nem para os anos seguintes.

Figura 5 – Relação de mão de obra ocupada e média de salários entre 2010 e Junho de 2015 do setor eletroeletrônico do PIM



Fonte: Portaria SUFRAMA nº 508, acesso em Junho de 2019. Autoria própria.

Após a análise destes gráficos, a pesquisa foi restringida para a produção de aparelhos eletrônicos. Esta mostrou-se em forte queda, onde no início da série histórica, encontrava-se em quase 5 milhões de unidades fabricadas, mas no meio de 2015, apenas 80 unidades foram produzidas no PIM. Este número é alarmante, uma vez que a produção de aparelhos celulares faz parte do maior grupo produtor do Polo Industrial de Manaus.

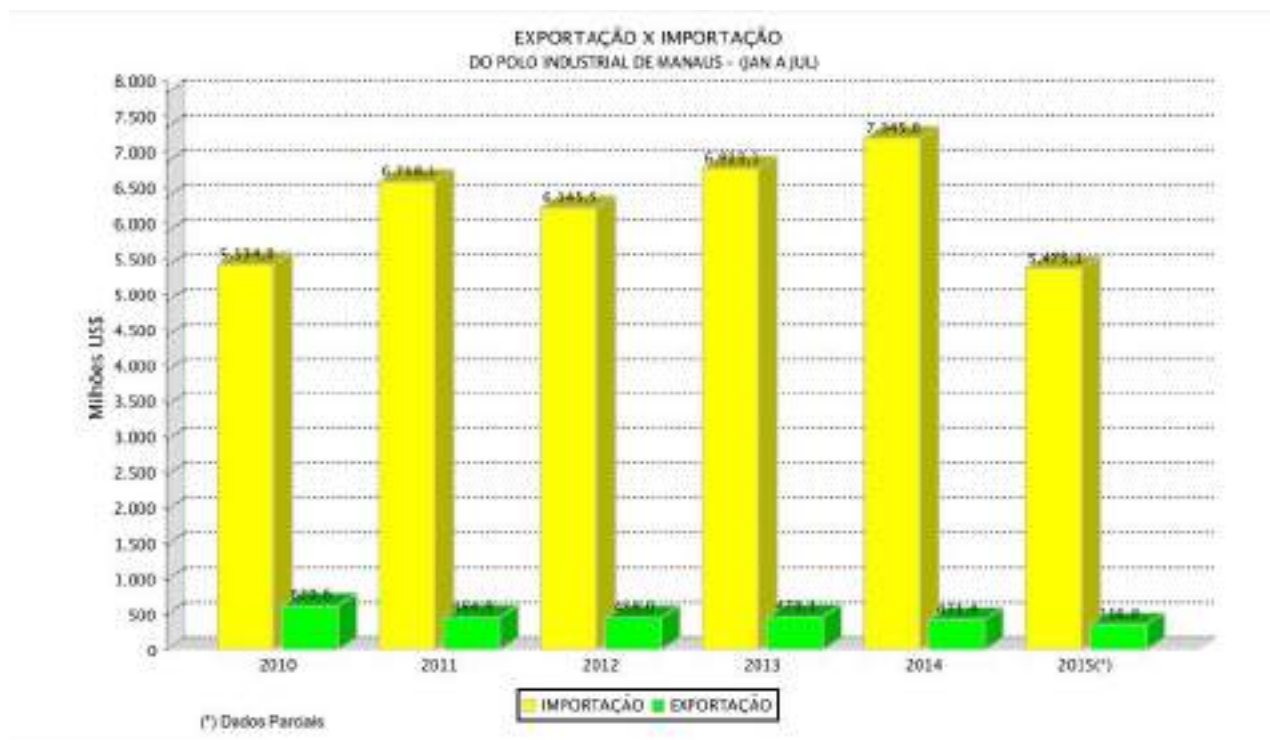
Figura 6 – Evolução da quantidade de aparelhos celulares produzidas pelo PIM entre 2010 e 2015



Fonte: Portaria SUFRAMA nº 508, acesso em Junho de 2019. Autoria própria.

Ainda, foram analisados dados do nível de importações da ZFM, uma vez que há queda na produção de aparelhos celulares. O gráfico, entretanto, não mostrou queda equivalente na importação de insumos, e a exportação também não se mostrou afetada por tal baixa.

Figura 7 - Exportação x Importação de insumos no PIM



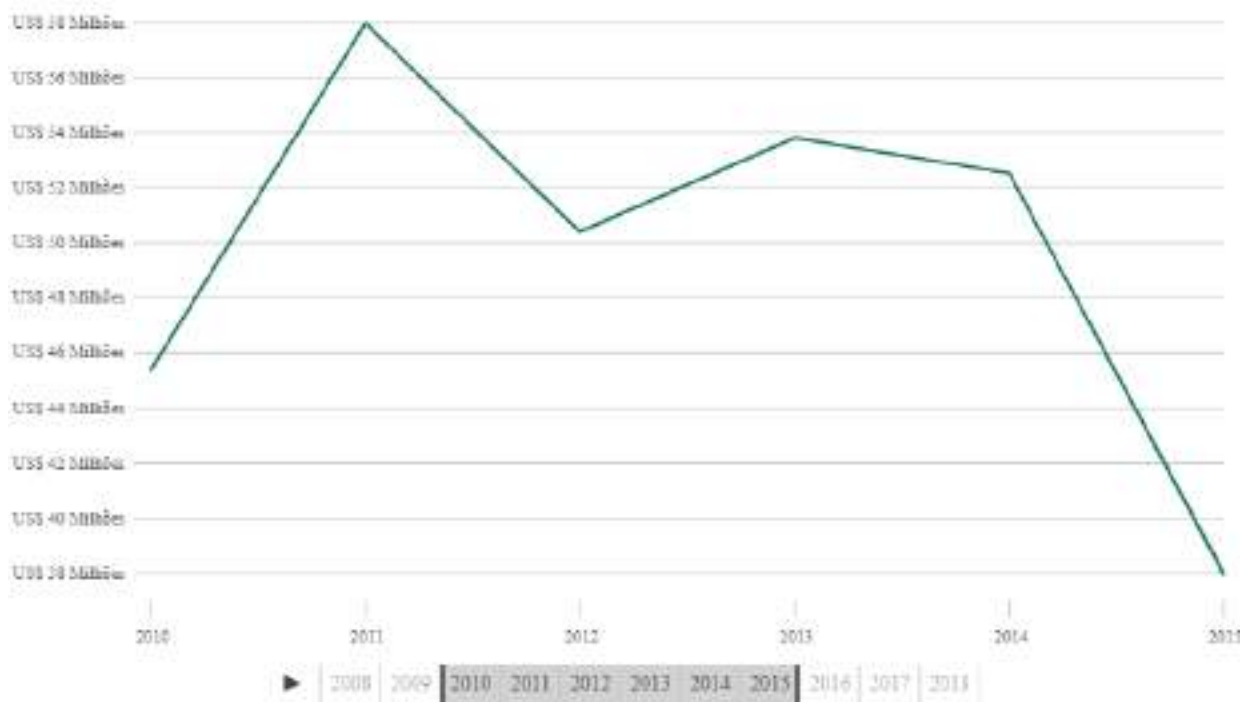
Fonte: Portaria SUFRAMA nº 508, acesso em Junho de 2019.

Como parte suplementar da análise, foi apurada a balança comercial Brasileira em seus dados históricos entre 2010 e 2015. De acordo com o Ministério da Economia, a Balança Comercial é deficitária, uma vez que o Brasil importa mais do que exporta. Em seu site, o Ministério alega que a China é o principal parceiro comercial do Brasil, seguido dos Estados Unidos da América e Argentina.

As importações de aparelhos telefônicos pelo Brasil se encontram em declínio em 2015, mas ao comparar os gráficos de produção da ZFM e de importação, nota-se que há crescente compra de aparelhos telefônicos fora do país, enquanto a produção nacional está em queda. No Portal do Ministério da Economia, não há a discriminação por quantidade de produto importado, apenas por peso e preço. Isso

reflete a natureza das exportações do país serem de *commodities*, mas não agrega sentido quando se fala de importações de produtos de valor agregado alto.

Figura 8 – Importações de aparelhos telefônicos pelo Brasil entre 2010 e 2015, em dólares americanos.



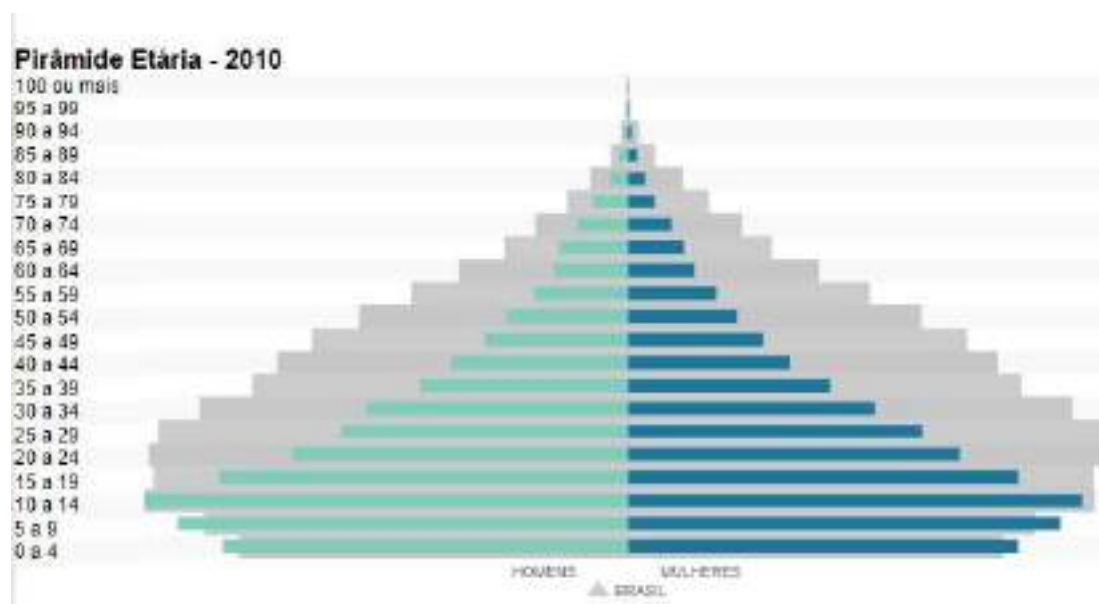
*Variações em relação ao ano anterior.

Fonte: Ministério da Economia – Estatísticas de Comércio Exterior, séries históricas.

Para a segunda fase da análise, foram pesquisados dados sobre o consumo de aparelhos celulares no Brasil, no estado do Amazonas e na região de Manacapuru.

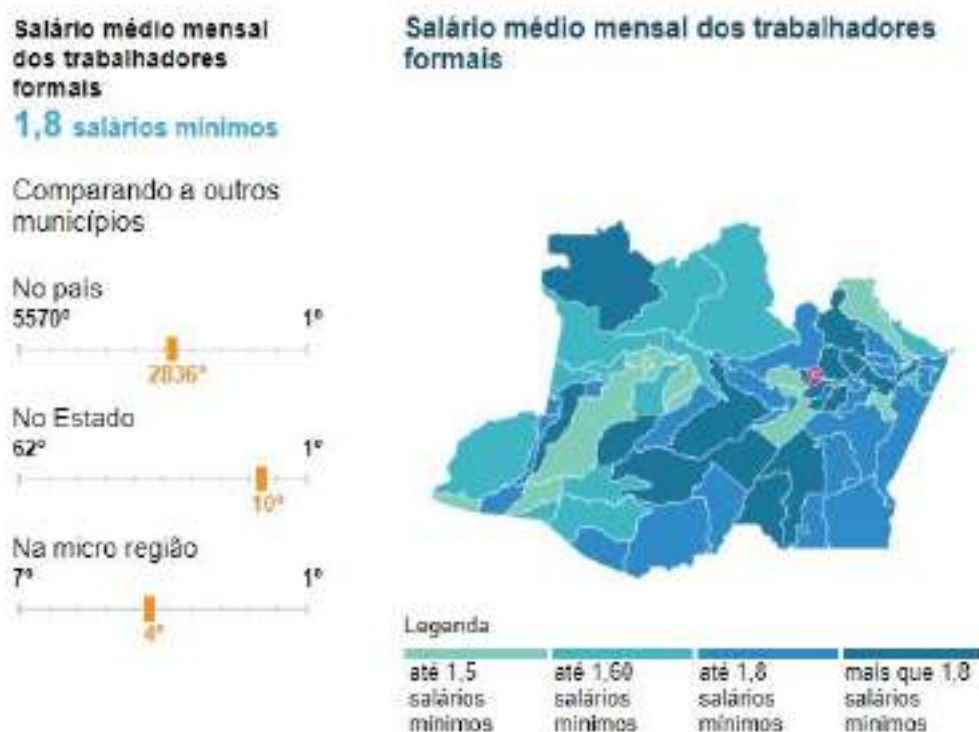
De acordo com o portal do IBGE, o município de Manacapuru possuía, em 2010, pirâmide etária divergente da média nacional, uma vez que concentrava sua população entre 0 e 24 anos. Por possuir grande parte de sua população fora da faixa etária legal de trabalho, o município reflete a falta de maturidade no salário médio mensal dos trabalhadores. Mesmo estando perto da capital do estado, ele fica em 10º lugar quando se compara com os conterrâneos do Amazonas.

Figura 9 – Pirâmide Etária de Manacapuru - Brasil - 2010



Fonte: IBGE, 2019.

Figura 10 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais em Manacapuru

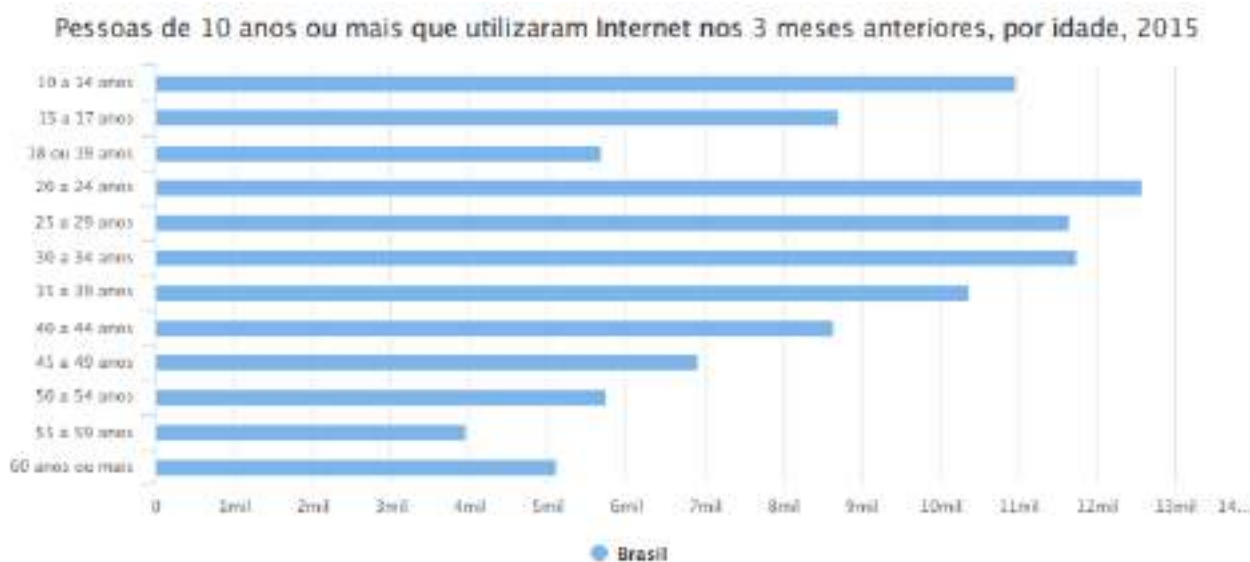


Fonte: IBGE, 2019.

Ainda de acordo com o IBGE, em 2015, a grande maioria dos usuários de internet se concentra na mesma faixa etária da maioria da população manacapuruense. Simultaneamente, o PNAD indica que os que mais utilizam internet são aqueles que recebem de ½ a 2 salários mínimos. Portanto, o município não se encaixa nesta categoria, uma vez que a renda per capita seja abaixo de ½ salário mínimo, de acordo com o IBGE (2010). Isso se dá pois apenas 4,2% da população possui emprego formal.

O IBGE não esclarece a falta de formalidade ou de empregabilidade do cidadão de Manacapuru, e é evidente a distância da distribuição de renda entre os poucos empregados formais. Por mais que a renda média per capita seja uma das mais altas do estado, ainda há quase 96% da população sem carteira assinada. Combinado isso com as condições precárias da cidade, esta se torna ambiente propício para a exploração dos mais humildes. Entende-se que os empregados formais sejam bem remunerados, mas que tais empregos sejam escassos na região.

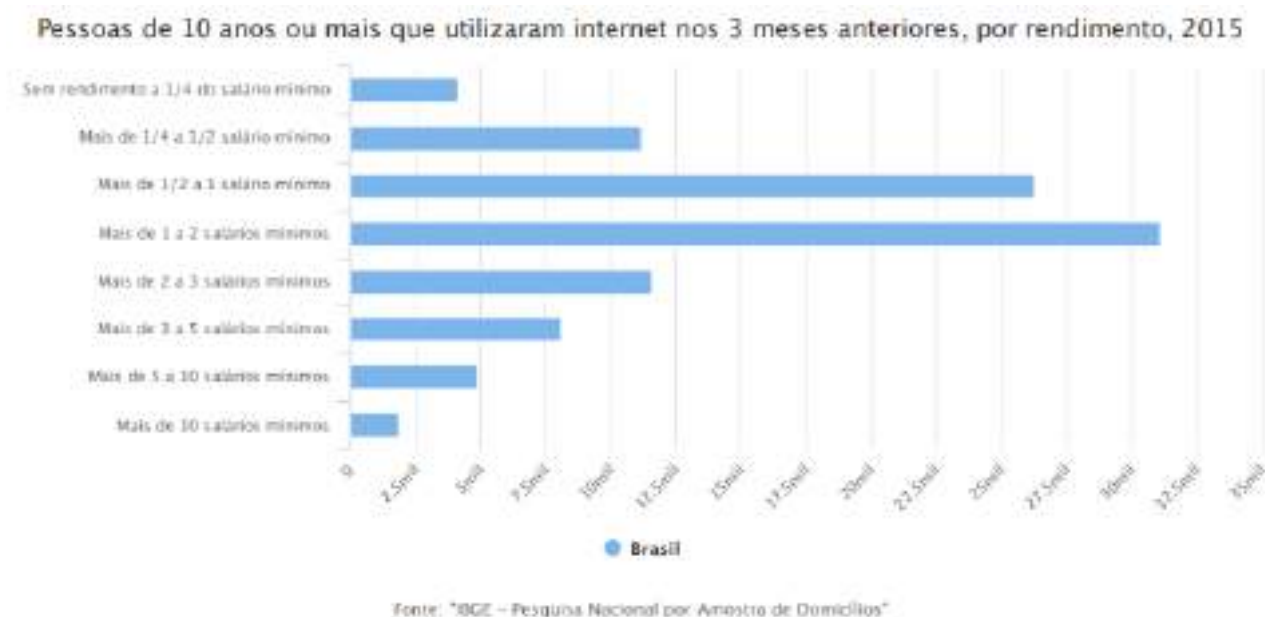
Figura 11 - Pessoas de 10 anos ou mais que utilizaram Internet nos 3 meses anteriores, por idade



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*

Fonte: IBGE via PNAD, 2019.

Figura 12 – Pessoas de 10 anos ou mais que utilizaram Internet nos 3 meses anteriores, por rendimento

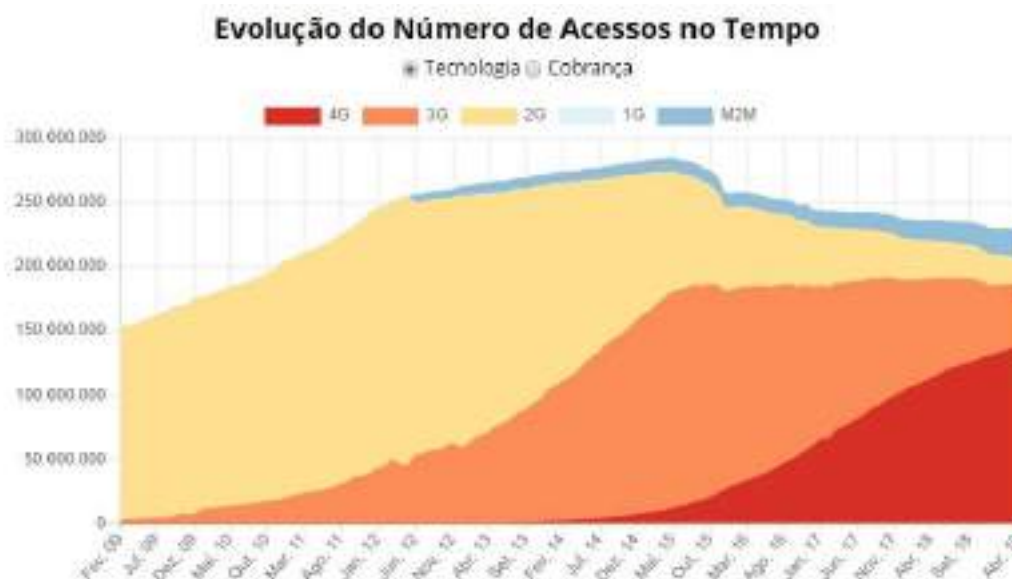


Fonte: IBGE via PNAD, 2019.

Na terceira etapa da análise, foram consultados dados sobre a telefonia móvel no Brasil, por meio do site da Agência reguladora nacional, a ANATEL. Os dados históricos mostram a transição da tecnologia de Serviço Móvel Pessoal (SMP) ao longo do tempo, da velocidade de internet 2G até a 4G. De acordo com o gráfico, em 2010 ainda predominava a tecnologia 2G, a qual possui baixa velocidade de tráfego de dados. Somente em Maio de 2015 que o cenário mudou drasticamente, no ápice do avanço da tecnologia 3G e entrada da 4G. Tais avanços permitem melhor comunicação entre pares, além de melhorias na qualidade de vida de todos os usuários. As transações ficam mais rápidas, a informação chega mais rápido e é processada mais rapidamente.

Entretanto, a ANATEL segue a mesma linha dos outros sites governamentais, e não possui facilidade no acesso aos dados de séries históricas. A Agência faz um excelente trabalho na regulação das operadoras de telefonia fixa e móvel, mas peca na contabilização com relação ao acesso da própria população ao serviço. Ainda como os outros portais, a ANATEL confunde o leitor de seu site com várias informações fora de ordem e datas discrepantes, o que leva eventualmente o leitor a desistir de sua busca.

Figura 13 – Evolução do número de acessos no tempo em tipo de tecnologia



Fonte: ANATEL, 2019.

Ainda de acordo com a ANATEL, em 2015, o estado do Amazonas possuía, a cada 1.000 domicílios permanentes, 896 com telefone celular, o que corresponde a 85,7% dos domicílios. Destes aparelhos, 98,2% são utilizados para acessar a internet.

Após a terceira etapa da pesquisa, verificou-se que a Hipótese 1 (Os membros da comunidade ribeirinha de Manacapuru possuem fácil acesso de consumo de telefones celulares fabricados no Polo Industrial de Manaus) é negada, como esperado no início do estudo. Esta é refutada, pois se observa que, mesmo com a alta penetração dos telefones celulares no Brasil, a SUFRAMA não apresentou nenhum documento que comprove ou que leve ao entendimento de que a produção do PIM seja distribuída na região. Além disso, os dados do IBGE mostram alto índice de pobreza, baixo índice de formalidade de emprego e baixos salários. A média salarial per capita é de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e apesar de a população do município ser da mesma faixa etária dos maiores consumidores de aparelhos celulares, deve-se levar em conta o peso dos outros estados nas estatísticas do IBGE, como demonstrado pelas figuras 14 e 15 abaixo.

Figura 14 - Domicílios particulares permanentes, total e com alguns bens e serviços de acesso à informação e comunicação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas em 2015.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes (1000 domicílios)						
	Total	Bens e serviços de acesso à informação e comunicação					
		Rádio	Televisão	Microcomputador		Telefone	
				Total	Ligado à Internet	Fixo convencional	Móvel celular
Brasil	68 037	47 103	66 091	31 420	27 535	24 031	62 058
Norte	5 095	2 415	4 745	1 361	996	613	4 389
Rondônia	591	283	558	208	168	92	538
Acre	231	92	210	66	47	37	201
Amazonas	1045	461	965	321	228	142	896
Roraima	152	65	144	56	42	31	136
Pará	2 371	1 191	2 205	502	352	216	1 981
Região Metropolitana de Belém	665	342	651	221	178	137	641
Amapá	206	99	199	64	48	26	186
Tocantins	498	223	466	144	111	70	451
Nordeste	17 837	12 049	17 141	5 404	4 606	2 657	15 505
Maranhão	1958	846	1850	359	268	182	1518
Piauí	957	574	899	228	168	107	847
Ceará	2 833	2 054	2 740	791	665	375	2 422
Região Metropolitana de Fortaleza	1198	855	1178	465	406	280	1135
Rio Grande do Norte	1086	710	1052	421	367	153	994
Paraíba	1259	900	1224	467	411	159	1160
Pernambuco	2 980	2 300	2 896	1023	895	524	2 663
Região Metropolitana de Recife	1273	1013	1255	595	544	371	1218
Alagoas	1051	691	1014	283	243	109	903
Sergipe	702	511	680	202	171	106	643
Bahia	5 010	3 463	4 785	1629	1418	942	4 355
Região Metropolitana de Salvador	1380	997	1358	707	642	502	1329
Sudeste	29 473	21 275	28 968	16 441	14 736	15 071	27 407
Minas Gerais	7 057	5 347	6 886	3 410	2 917	2 365	6 453
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1769	1376	1742	1067	912	917	1694
Espírito Santo	1363	895	1333	647	568	433	1291
Rio de Janeiro	5 934	4 405	5 872	3 171	2 882	3 362	5 455
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4384	3377	4340	2438	2229	2769	4052
São Paulo	15 119	10 627	14 877	9 213	8 370	8 912	14 209
Região Metropolitana de São Paulo	7145	5039	7049	4568	4218	4757	6738
Sul	10 417	8 206	10 206	5 682	5 016	4 014	9 775
Paraná	3 874	2 941	3 770	2 084	1838	1597	3 600
Região Metropolitana de Curitiba	1219	932	1195	738	679	710	1145
Santa Catarina	2 435	1811	2 391	1419	1280	1051	2 258
Rio Grande do Sul	4 109	3 455	4 045	2 179	1898	1366	3 917
Região Metropolitana de Porto Alegre	1543	1210	1524	918	810	705	1491
Centro-Oeste	5 215	3 159	5 030	2 531	2 181	1 676	4 983
Mato Grosso do Sul	905	579	864	415	353	248	864
Mato Grosso	1117	592	1042	440	359	223	1035
Goiás	2 208	1406	2 151	980	833	666	2 115
Distrito Federal	986	581	974	696	635	539	968

Fonte: IBGE, PNAD 2015. Acesso em Julho de 2019.

Figura 15 - Domicílios particulares permanentes com utilização da internet, total e equipamentos utilizados para acessar a Internet no domicílio, segundo as Grandes regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas em 2015.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes com utilização da Internet							
	Valores absolutos (1000 domicílios)				Valores relativos (%)			
	Total	Equipamentos utilizados para acessar a Internet no domicílio			Total	Equipamentos utilizados para acessar a Internet no domicílio		
		Micro compu- tador	Tele- fone móvel celular	Tablet		Micro compu- tador	Tele- fone móvel celular	Tablet
Brasil	39 295	27 535	36 194	8 281	100,0	70,1	92,1	21,1
Norte	2 296	996	2 221	248	100,0	43,4	96,7	10,8
Rondônia	261	168	230	26	100,0	64,2	88,4	9,8
Acre	107	47	103	9	100,0	44,6	96,9	8,2
Amazonas	488	228	479	70	100,0	46,8	98,2	14,4
Roraima	89	42	87	15	100,0	47,3	98,1	16,5
Pará	1049	352	1028	96	100,0	33,6	98,1	9,1
Região Metropolitana de Belém	431	178	422	65	100,0	41,2	97,8	15,1
Amapá	108	48	107	12	100,0	44,1	99,0	11,2
Tocantins	195	111	185	21	100,0	57,0	95,2	10,7
Nordeste	7 988	4 606	7 502	1 402	100,0	57,7	93,9	17,5
Maranhão	649	268	635	81	100,0	41,3	97,9	12,5
Piauí	353	168	331	45	100,0	47,7	93,8	12,8
Ceará	1144	665	1075	179	100,0	58,2	94,0	15,6
Região Metropolitana de Fortaleza	684	406	654	121	100,0	59,3	95,5	17,7
Rio Grande do Norte	608	367	573	126	100,0	60,3	94,3	20,7
Paraíba	676	411	625	152	100,0	60,8	92,4	22,5
Pernambuco	1371	895	1276	310	100,0	65,3	93,0	22,6
Região Metropolitana de Recife	815	544	771	204	100,0	66,8	94,6	25,1
Alagoas	420	243	386	76	100,0	57,8	91,9	18,0
Sergipe	403	171	398	47	100,0	42,4	98,8	11,6
Bahia	2 364	1418	2 202	387	100,0	60,0	93,1	16,4
Região Metropolitana de Salvador	952	642	909	188	100,0	67,5	95,5	19,8
Sudeste	19 452	14 736	17 805	4 663	100,0	75,8	91,5	24,0
Minas Gerais	4 095	2 917	3 714	802	100,0	71,2	90,7	19,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1250	912	1 167	287	100,0	72,9	93,4	22,9
Espírito Santo	816	568	760	161	100,0	69,6	93,2	19,7
Rio de Janeiro	3 864	2 882	3 595	972	100,0	74,6	93,1	25,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 978	2 229	2 792	772	100,0	74,9	93,7	25,9
São Paulo	10 678	8 370	9 735	2 729	100,0	78,4	91,2	25,6
Região Metropolitana de São Paulo	5 286	4 218	4 868	1541	100,0	79,8	92,1	29,1
Sul	6 382	5 016	5 629	1 337	100,0	78,6	88,2	20,9
Paraná	2 310	1838	2 060	488	100,0	79,6	89,2	21,1
Região Metropolitana de Curitiba	828	679	759	223	100,0	82,0	91,7	27,0
Santa Catarina	1551	1280	1366	305	100,0	82,5	88,0	19,7
Rio Grande do Sul	2 521	1898	2 203	544	100,0	75,3	87,4	21,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	1080	810	971	274	100,0	75,0	89,9	25,4
Centro-Oeste	3 177	2 181	3 037	631	100,0	68,6	95,6	19,9
Mato Grosso do Sul	549	353	528	97	100,0	64,4	96,1	17,7
Mato Grosso	579	359	559	75	100,0	62,0	96,5	13,0
Goiás	1299	833	1232	204	100,0	64,1	94,8	15,7
Distrito Federal	750	635	719	255	100,0	84,7	95,9	34,0

Fonte: IBGE, PNAD 2015. Acesso em Julho de 2019.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, ao analisar a acessibilidade de consumo da comunidade ribeirinhas do Amazonas de Manacapuru, verificou que a Zona Franca de Manaus e seu Polo Industrial, embora muito comentados pelo Governo Federal como centro de criação e distribuição de riquezas da região, não cumpre seu papel como tal. Ao apresentar-se como uma área focada no desenvolvimento regional e do Brasil, a ZFM falha em vários quesitos.

Com relação a sua balança comercial, pode-se averiguar que a Zona Franca de Manaus serve, infelizmente, como ponto de importação de produtos pré-prontos, apenas para montagem. Ao se observar que 95% de sua produção é escoada internamente e que, na menor proporção (ano de 2010, figura 7) a importação é 8,79 vezes maior que a exportação (chegando a assustadoras 17 vezes maior em 2014) fica claro que as empresas no Polo Industrial apenas estão recolhendo os benefícios da redução de impostos, e se orientando para a maximização do lucro. Não há consciência social, não há desenvolvimento real da região.

Com relação à criação de empregos na região, percebe-se que a mesma é inexistente. Manacapuru, um dos municípios mais abastados do estado e a ínfimos 100 km de distância da Zona Franca, possui a taxa de 4,2% de pessoas empregadas formalmente. Isso significa que de 96.236 pessoas, apenas 3.960 estão empregadas com carteira assinada, recebendo em média 1,8 salários mínimos. Isso significa que, em Janeiro de 2016, o trabalhador legalizado manacapuruense recebia, em média, 1.584 reais (com o salário mínimo a R\$ 880,00), enquanto o trabalhador da Zona Franca de Manaus recebeu 1.341,77 dólares (R\$ 5.286,57, com o dólar a R\$ 3,94). Ou seja, o empregado formal em Manacapuru recebeu 3,33 vezes a menos que sua contraparte a uma ponte de distância.

A Hipótese 1, apesar de ser naturalmente mais interessante e mais positiva, é negada com ressalvas. Pelos motivos expostos, fica claro que a ZFM não atua para o bem da região, e serve como ponte para as empresas maximizarem suas receitas e seu lucro líquido, uma vez que há a isenção completa de impostos que, caso o mesmo produto fosse montado em uma planta em outra localidade, diminuiria a margem de lucro do empresariado significativamente. As ressalvas se aplicam uma vez que não há como provar que a ZFM não facilitou o acesso das comunidades aos

bens de consumo nela produzidos, apesar de todas as evidências apontarem para tal. A Zona Franca pode ter, sim, melhorado a vida dos que moram na região, mas os dados de consumo de aparelhos celulares não são conclusivos.

Ainda, os dados governamentais podem ser manipulados, e há um atraso na divulgação das informações devido à alta burocratização dos processos na máquina pública. Tais fatores atrasam a pesquisa e dificultam o acesso aos dados em seu estado mais puro, uma vez que não há como acessá-los sem passar por algum tipo de viés. Sobretudo, há de se considerar a má organização dos portais governamentais, além da epidêmica falta de dados inteligíveis.

Por fim, a pesquisa buscou explorar um aspecto não muito discutido na comunidade acadêmica, e espera que a pesquisa sobre a Zona Franca de Manaus seja expandida.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. J. P. E AMARAL, F. C. F. A situação da infraestrutura aeroportuária na região norte e seu potencial apoio à aviação regional. **Journal of Transport Literature**, vol. 6, n. 1, pp. 171-184, Jan. 2012.

AMARAL, S. et al. Comunidades ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do Baixo Tapajós (Pará-Brasil). **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 367-399, dez. 2013.

ARRUDA FILHO, E. J. M. Estudo longitudinal do desenvolvimento da comunicação em diversas economias mundiais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 13, n. 4, Agosto 2012.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Decreto-Lei n. 288, de 28 de fev. de 1967. **DECRETO-LEI Nº 288, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**. Brasília, DOU, p. 21-26, 28 fev. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0288.htm>. Acesso em 07 maio 2018.

BRASIL. Lei n. 8387, de 30 de dez. de 1991. **LEI Nº 8.387, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991**. Brasília, DOU, 30 dez. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8387.htm>. Acesso em 17 Junho 2018.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **O que é Processo Produtivo Básico**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/2908-o-que-e-processo-produtivo-basico>>. Acesso em 17 Junho 2018.

BRIANEZI, T; SORRENTINO, M. A modernização ecológica conquistando hegemonia nos discursos ambientais: o caso da Zona Franca de Manaus. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XV, n. 2, p. 51-71, Maio/Agosto. 2012.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; FORSBERG, S. S. Desafios metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 571-580, dez. 2013.

COOPER, D. R; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo. AMGH Editora, 2016. Cap. 6. Pg. 126-189.

FONSECA, R.O. A navegação de cabotagem de carga no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 21-46, Janeiro/Abril. 2015.

GAMA, et. al. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, v. 34, n.2, Fevereiro. 2018.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, Maio/Junho. 1995.

IBGE. **IBGE cidades**: Brasil / Amazonas / Manacapuru. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manacapuru/panorama>>. Acesso em 16 Junho 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=19937&t=resultados>>. Acesso em 17 Junho 2018.

IBOPE. **IBOPE Inteligência**: Margem de Erro Amostral. Disponível em: <<http://www.eleicoes.ibopeinteligencia.com.br/Paginas/Intervalo-de-confianca.aspx>>. Acesso em 17 Junho 2018.

KUWAHARA, N., NETO, J. C. L. E ABENSUR, T. C. Modelagem de previsão de navegabilidade em rios da Amazônia: ferramenta web de suporte aos usuários do transporte aquaviário. **Journal of Transport Literature**, v. 6, n. 3, p. 60-89, Julho. 2012.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan. 2016.

NORMANDO, D.; TJADERHANE, L.; QUINTÃO, C. C. A. A escolha do teste estatístico – um tutorial em forma de apresentação em PowerPoint. **Dental Press Journal of Orthodontics**. Maringá, v. 15, no. 1, p. 101-106, Jan./Fev. 2010.

OLIVEIRA E CASTRO, M. A. D., SILVA, N. M. D., MARCHAND, G. A. E. L. Desenvolvendo indicadores para a gestão sustentável de resíduos sólidos nos

municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, Amazonas, Brasil. **Engenharia Sanitária e Ambiental**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, Jul/Set. 2015.

ROSSI, R. M. **Caracterização e coordenação de sistemas produtivos**: o caso do trigo no Brasil. Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração. Orientação: Prof. Marcos Fava Neto. São Paulo, Brasil, 2004.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia da pesquisa**. Porto Alegre. Penso, 2013. Cap. 14. Pg. 416-485.

SHIN, D. H. Determinants of customer acceptance of multi-service network: an implication for IP-based technologies. **Information & Management**, v. 46, n. 1, p. 16-22, Jan. 2009.

SILVA, M. B. **Das intervenções urbanas aos espaços de consumo em Manacapuru**. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Geografia. Orientação: Prof. Paola Verri de Santana. Manaus, Brasil, 2016.

SILVA, S. R. “EU NÃO VIVO SEM CELULAR”: Sociabilidade, Consumo, Corporalidade e Novas Práticas nas Culturas Urbanas. **Intexto**. Porto Alegre, v. 2, n. 17, p. 1-17, Jul/Dez. 2007.

SOUSA, I. S. **Potenciais impactos do gasoduto Coari-Manaus no município de Manacapuru-AM**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Orientação: Prof. Dr. Carlos Loch. Santa Catarina, 2007.

SUFRAMA. CGDER. **MODELO ZONA FRANCA - Desenvolvimento Regional Sustentável**. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_desenvolvimento_regional.cfm>. Acesso em: 07 maio 2018.

SUFRAMA. COISE/CGPRO/SAP. **Indicadores de Desempenho do Polo Industrial de Manaus**: 2010-2015. Amazonas: [s.n.], 2015. 115 p. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/downloads/download/indicadores/RelIndDes_7_2015_julho.pdf>. Acesso em: 07 maio 2018.

SUFRAMA. **Polo Industrial de Manaus**. Abril. 2017. Disponível em: <<http://site.suframa.gov.br/assuntos/polo-industrial-de-manaus>>. Acesso em 17 Junho 2018.

SUFRAMA. **Contrapartidas exigidas**. Abril. 2017. Disponível em: <<http://site.suframa.gov.br/assuntos/contrapartidas-exigidas>>. Acesso em 17 Junho 2018.

SUFRAMA. **Desenvolvimento Regional**. Agosto. 2015. Disponível em: <<http://site.suframa.gov.br/assuntos/modelo-zona-franca-de-manaus/desenvolvimento-regional>>. Acesso em 17 Junho 2018.

SUFRAMA. **Zona Franca Verde**. Março. 2016. Disponível em: <<http://site.suframa.gov.br/assuntos/zfv>>. Acesso em 18 Junho 2018.

TONDO, R. Smartphones e pobreza digital: o consumo de telefones celulares e internet por jovens de camada popular. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 3. **Anais do 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede**. Santa Catarina: UFSM, 2015.

TONDO, R.; SCHNEIDER, N. Juventudes conectadas e o consumo de smartphones: explorando o caso da mídia ninja e do Jardim Aurora. **Comunicação - reflexões, experiências, ensino**, v. 11, n.11, p. 042-054. Curitiba. Jan/Jun. 2016.

VINCENTIN, D. J. **A Mobilidade como Artigo de Consumo**: Apontamento sobre as relações com o aparelho celular. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Orientação: Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos, 2008.